

A representatividade e abrangência das televisões públicas brasileiras¹

Allana MEIRELLES²

Roberta BRAGA³

Iluska COUTINHO⁴

Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG

RESUMO

Este artigo faz parte de um projeto de pesquisa mais amplo que busca analisar e refletir sobre as emissoras de televisão pública no Brasil. Sua proposta é avaliar de que forma os telejornais dessas TVs cumprem o seu papel público, a partir de diferentes ângulos e enfoques. Para o presente trabalho, o objetivo é comparar a representatividade e abrangência dos noticiários da TV Brasil, o Repórter Brasil e da TV Cultura, o Jornal da Cultura. Para isso, foram levados em consideração alguns fatores como as fontes entrevistadas e os lugares de produção ou de foco das notícias. A partir de bibliografias, com reflexões teóricas de estudiosos da área, será proposta uma discussão acerca das escolhas de cada emissora, comparando-as entre si e analisando de que forma elas se constituem de fato como uma alternativa aos modelos predominantes.

Palavras-chave

Televisão Pública; TV Brasil; TV Cultura; telejornalismo.

Introdução

O presente trabalho é um dos muitos desdobramentos de uma pesquisa iniciada em 2010, intitulada “Avaliação do Telejornalismo da TV Brasil - monitoramento do cumprimento dos direitos à comunicação e à informação” e desenvolvida pelo grupo “Jornalismo, Imagem e Representação” da UFJF, sob a orientação de Iluska Coutinho.

Neste momento, o objetivo é comparar a representatividade e abrangência dos noticiários da TV Brasil e da TV Cultura, Repórter Brasil e Jornal da Cultura,

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática Jornalismo, da Intercom Júnior – IX Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² Estudante de Graduação 8º. semestre do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Juiz de Fora, Bolsista Pibic na pesquisa “Telejornalismo nas emissoras públicas brasileiras”. email: allanameirelles@hotmail.com

³ Bacharel em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora e mestranda do PPGCom-UFJF e pesquisadora do grupo Jornalismo, Imagem e Representação. robertabraga.ufjf@gmail.com

⁴ Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Jornalismo e do Mestrado em Comunicação da UFJF. Bolsista PQ2 – CNPq, desenvolve pesquisa sobre telejornalismo em emissoras públicas. email: iluskac@globo.com

respectivamente, a fim de avaliar de que forma os telejornais dessas TVs cumprem o seu papel público, a partir de diferentes ângulos e enfoques. Para tal, utilizou-se como recorte empírico uma semana composta, onde os dias de análise foram: segunda-feira, 08 de abril de 2013; terça-feira, 16 de abril de 2013; quarta-feira, 03 de abril de 2013; quinta-feira, 28 de março de 2013; e sexta-feira, 26 de março de 2013.

Como metodologia, optou-se pela Análise de Conteúdo, por acreditar que ela poderia abranger e apontar para resultados qualitativos e quantitativos, ambos muito caros aos objetivos desse trabalho e da pesquisa em geral. A análise foi feita a partir de vídeos armazenados nos sites das emissoras. No caso da TV Brasil, eles foram publicados por matéria, enquanto no Jornal da Cultura, o telejornal foi disponibilizado por inteiro sem separação por reportagens. Assim, foram contabilizadas todas as matérias, exceto as do Repórter Brasil que apresentavam erro técnico e assim não puderam ser assistidas. Já no Jornal da Cultura, foram contadas como matérias apenas os VTs, as notas e entrevistas. Os comentários dos especialistas foram considerados como partes das matérias anteriores a eles, já que depois de quase todas as notícias, havia um comentário.

Na pesquisa desenvolvida, foram avaliadas as variáveis: tempo, editoria, formato, dimensão, e local de produção ou de foco da matéria. Além disso, foram observadas as fontes entrevistadas nas reportagens, a presença do governo federal e estadual, assim como de partidos políticos. Entretanto, especificamente para este artigo, será discutida a representação dos telejornais, a partir da classificação das fontes, e a abrangência deles, considerando os locais de produção ou de foco.

Em relação ao local representado, de produção do material, a observação foi feita a partir de quatro pontos de vista: nas matérias nacionais, considerou-se a cidade, assim como o estado; e nas internacionais, o país e o continente. As fontes entrevistadas foram classificadas nas seguintes categorias: populares, especialistas, órgãos públicos, organizações civis, políticos, governo estadual, governo federal, iniciativa privada e artistas ou atletas.

TVs Públicas e o telejornalismo público

Todo telejornal, seja de emissora pública ou privada, tem o dever de ser um bem público, oferecendo aos seus telespectadores uma programação que possa ser considerada um serviço público. As emissoras geralmente firmam e reiteram esse suposto compromisso em seus discursos institucionais, onde alegam a busca pelo interesse público, isenção e

verdade, mas além disso, elas também têm esse compromisso explicitado na Constituição Brasileira, que destina um espaço a procurar garantir que os meios de comunicação não sejam monopolizados e atendam aos direitos dos cidadãos. O Artigo 221 da Constituição Federal deixa claro o dever que as emissoras, tanto de rádio quanto de TV, têm de oferecer à população um serviço de utilidade pública.

Art. 221 A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios:

- I – preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas;
- II – promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação;
- III – regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei (Constituição Brasileira).

Uma análise preliminar da programação disponibilizada pelas emissoras privadas, e mesmo uma larga produção científica já constituída no campo, permite questionar o efetivo cumprimento do artigo pelos canais comerciais da televisão aberta brasileira.

A televisão privada é o principal meio de comunicação do Brasil, servindo de fonte de informação e entretenimento para a grande maioria da população, mais ainda assim, com toda essa relevância social, ela não apresenta em sua programação, pelo menos não como a lei prevê, conteúdos que tenham um compromisso com a difusão cultural e formação da cidadania.

(...) a lógica televisiva dificilmente se exime a uma teia de interesses e de estratégias que tendem a fazer da TV generalista um poderoso instrumento de conquista. Entendemos que um serviço público de televisão, para que efetivamente o seja, só tem vantagens em se libertar destas amarras e conquistar o seu espaço autônomo, entrosando-se de forma progressiva e consciente com as dinâmicas e as instituições sociais (MANOEL PINTO, 2003, p.15)

A TV pública seria assim, potencialmente, uma alternativa para que esses direitos do cidadão à cultura e a conteúdos educativos nos canais televisivos saiam do papel para se tornar algo concreto. Assim como toda sua programação, também o telejornalismo nas emissoras públicas deveria conter mais assuntos de interesse público, inserir mais o cidadão, ser mais isento e não atender a nenhum interesse particular desta ou daquela parcela da sociedade. Como explica BUCCI, “uma emissora pública existe porque as pessoas têm direito (como autoras, agentes ou espectadoras) à informação jornalística, ao conhecimento e às manifestações culturais.” (BUCCI, 2010, p.5). Espera-se, afinal, que o

telejornal de uma TV pública tenha ainda mais intrínseco em seus princípios a busca pelo interesse público, mas também sempre aliado à outros parâmetros de qualidade, como a técnica.

No Brasil, falar de TV Pública ainda é algo relativamente complicado, por alguns motivos. Em primeiro lugar, levando-se em consideração a história da TV no país, ela ainda é muito recente⁵, uma vez que, seguindo os moldes norte-americanos, a televisão aqui nasceu privada. Por conseguinte, foi nos moldes de uma TV que visa o lucro em primeiro lugar que os profissionais da área aprenderam a trabalhar e também assim que o público aprendeu a assistir e gostar de TV. Em segundo lugar, muitas vezes a TV Pública é confundida com TV Governamental e acusada de atender aos interesses políticos do governo. Para este paper, não cabe o aprofundamento da discussão quanto à sua independência política, mas é importante deixar claro que esse é um tema sempre em evidência quando o assunto é TV Pública.

Foi a partir das TV's educativas que surgiram os primeiros projetos de TV pública no Brasil. Apesar de não serem privadas, as TV's educativas não atendiam todas as necessidades dos cidadãos como o direito à voz, inclusão e informação de qualidade. Seu caráter era genuinamente pedagógico.

TV Cultura e Jornal da Cultura

A TV Cultura de São Paulo foi criada em 1967 e é gerida pela Fundação Padre Anchieta (FPA) – Centro Paulista de Rádio e TV Educativas. A Fundação é uma entidade de direito privado que possui autonomia intelectual, política e administrativa. Seu financiamento é feito através de verbas orçamentárias e recursos obtidos com a iniciativa privada. Ela gere, além da TV Cultura, uma emissora de TV a cabo por assinatura, a TV Rá-Tim-Bum e duas emissoras de rádio, a Cultura AM e a Cultura FM.

Em sua carta de apresentação, a FPA descreve suas emissoras como públicas, sendo seus principais objetivos “oferecer à sociedade brasileira uma informação de interesse público e promover o aprimoramento educativo e cultural de telespectadores e ouvintes, visando a transformação qualitativa da sociedade.”

O poder máximo da instituição FPA é o Conselho Curador, formado por representantes de instituições públicas e privadas da sociedade paulista. Criada em um

⁵Na academia, não há um consenso quanto à data exata do surgimento da TV Pública no Brasil e nem qual foi a pioneira. Alguns autores afirmam ter sido a TV Universitária do Recife, primeira TV Educativa do país e outros dão o crédito à TV Cultura, em São Paulo, ambas no ano de 1967.

contexto de ditadura militar, a TV Cultura foi controlada ideologicamente pelo autoritarismo da época e assim, o Conselho Curador, apesar de apresentar limitações, se configurou como uma das principais barreiras institucionais ao controle do Estado e da iniciativa privada sobre a emissora, segundo FILHO (2000). Cadeiras vitalícias e a presença excessiva de representantes de órgãos estaduais são exemplos dessas limitações do Conselho (FILHO, 2000).

O discurso de inauguração da TV Cultura, feito pelo primeiro presidente da FPA, José Bonifácio Coutinho Nogueira, afirmava que a busca pela democratização do ensino e da cultura seria a filosofia de trabalho (JESUS e BARA, 2012). “O liberalismo retórico refere-se ao plano econômico que não tem correspondência na esfera política onde [...] a postura é conservadora”. (FILHO, 1988, p.23 apud JESUS e BARA, 2012).

Atualmente, em sua carta de apresentação, a FPA garante que,

A programação de suas mídias será eminentemente cultural, educativa, informativa, artística e inovadora. Não será comercial, nem terá fins lucrativos; enfatizará o compromisso com a sociedade e não com o mercado. Não será utilizada para promoção pessoal, de causas religiosas, comerciais ou partidárias; dará visibilidade e voz às minorias, buscando apoiar processos de inclusão social. Estará sempre comprometida com a veracidade, trabalhando no sentido de universalizar o direito à informação e à comunicação. Educação, cidadania e serviços, dramaturgia, cultura e arte, música, meio ambiente, juventude e infância e jornalismo são nossas prioridades. A Fundação vai abrir espaço para a experimentação, buscando novas linguagens e formatos, em favor da solidariedade, da democracia e da paz, para assim expressar a diversidade brasileira, socializando a produção do conhecimento e fortalecendo a causa da televisão pública.

O Jornal da Cultura é exibido de segunda à sábado, às 21h10. Apresentado pela jornalista, Maria Cristina Poli, ele conta ainda com a participação de dois especialistas na bancada. A cada dia, dois dos profissionais que participam do time do telejornal, discutem os temas apresentados nas matérias. Segundo a carta de apresentação do Jornal da Cultura, no site da emissora, a âncora Maria Cristina afirma que o telejornal é de análise, traduzindo os fatos para o telespectador.

TV Brasil e Repórter Brasil

Com a aprovação da Medida Provisória 398 de 10 de outubro de 2007, posteriormente substituída pela Lei 11.652, de sete de abril de 2008, instituíram-se os princípios e objetivos de radiodifusão pública no país e foi constituída a Empresa Brasil de

Comunicação (EBC), gestora da TV Brasil. Assim, o projeto da TV Brasil foi apresentado como Medida Provisória e possui como modelo de gestão três conselhos: administrativo, financeiro e curador, além de uma diretoria executiva. Esses conselhos devem se regular entre si e regular também funcionamento da empresa.

Constituída legalmente, no dia 2 de dezembro de 2007, a TV Brasil começou a veicular sua programação, buscando, segundo o site da TV na internet, ser uma TV pública independente e democrática, dando oportunidade àqueles que não têm voz na TV comercial.

A EBC é responsável por aprovar a programação e os conteúdos, que são supervisionados por um Conselho Curador. Este tem o papel de representar a sociedade brasileira na fiscalização do cumprimento dos objetivos da empresa. A composição do Conselho envolve 22 membros, 15 indicados pela sociedade, quatro pelo Governo, um pela Câmara, outro pelo Senado além de um representante dos funcionários da emissora. A TV Brasil é financiada a partir do repasse de verbas do governo federal.

Dentre toda programação jornalística da emissora, o Repórter Brasil, exibido de segunda-feira a sábado de 21h às 22h, apresenta maior destaque, em termos de tempo de veiculação e posição na grade, e também no que tange ao alcance, chegando a uma parcela maior dos estados. Foi dada à sua grande relevância dentro da emissora que o telejornal escolhido como um dos objetos de estudo do presente trabalho. Segundo a TV Brasil, ele seria "o programa líder da articulação entre a TV Brasil e as demais TVs públicas, sendo veiculado em 19 estados, afora televisões educativas ou universitárias de âmbito regional ou local" (www.tvbrasil.org.br).

As fontes ouvidas pelo Repórter Brasil e Jornal da Cultura

Na semana composta do Repórter Brasil analisada para este trabalho, foram contabilizadas 120 matérias – excluindo aquelas que não puderam ser acessadas devido a problemas na exibição do vídeo pela internet. Considerando cinco dias de noticiário, obtém-se uma média de 24,2 matérias por dia. Enquanto isso, no Jornal da Cultura, houve 72 matérias – considerando os comentários posteriores às notícias como parte delas, o que corresponde a uma média de 14,4 por dia.

A partir do número de matérias exibidas em cada telejornal, pode-se perceber que o Repórter Brasil investe mais na produção de conteúdo, enquanto o Jornal da Cultura

privilegia a discussão. Por um lado, o debate dos especialistas na bancada do noticiário da TV Cultura enriquece a reflexão, ampliando os assuntos apresentados nas matérias. Porém, em alguns momentos, os comentários dos convidados não acrescentam muito quando o assunto sobre os quais eles opinam não são de suas especialidades e eles acabam dando apenas uma opinião, como qualquer popular poderia fazer.

Nas 120 matérias apresentadas no Repórter Brasil, a maior parte das fontes entrevistadas - 83 pessoas - foram classificadas como populares, o que corresponde a um percentual de 47,15% do total de fontes. Em segundo lugar, estão os especialistas, sendo entrevistados 34 vezes, o que corresponde a 19,31%. Organizações civis ocupam o terceiro lugar, aparecendo 16 vezes ou 9,09%. Já os órgãos públicos foram entrevistados em 13 ocasiões e tiveram uma porcentagem de 7,38%. Artistas ou atletas apareceram em 10 momentos, ou seja, correspondem a 5,68% das fontes. O Governo Federal foi fonte em oito ocasiões (4,54%), enquanto os governos estaduais em apenas duas (1,13%) e os políticos em sete (3,97%). Por último, as instituições privadas somam quatro fontes e 2,27%.

Porcentagem das fontes presentes no Repórter Brasil

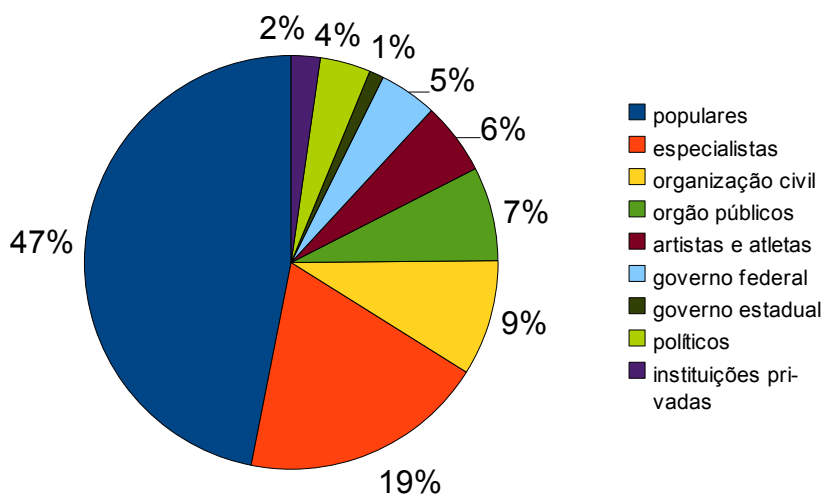


figura 1: fontes RB

No Jornal da Cultura, os populares também são as fontes mais entrevistadas, aparecendo 24 vezes ou 36,9% delas. Assim como os especialistas ocupam o segundo lugar,

com 20 presenças e uma porcentagem de 30,7%. Os órgãos públicos vêm em seguida, sendo fonte em seis ocasiões (9,2%). As organizações civis foram entrevistadas quatro vezes (6,15%). Já as instituições privadas e o governo estadual apareceram três vezes cada (4,6%). Os políticos e os artistas ou atletas tiveram 3% do espaço, com o número absoluto de duas presenças. Por último, o governo federal foi entrevistado apenas uma vez (1,5%).

Porcentagem das fontes presentes no Jornal da Cultura

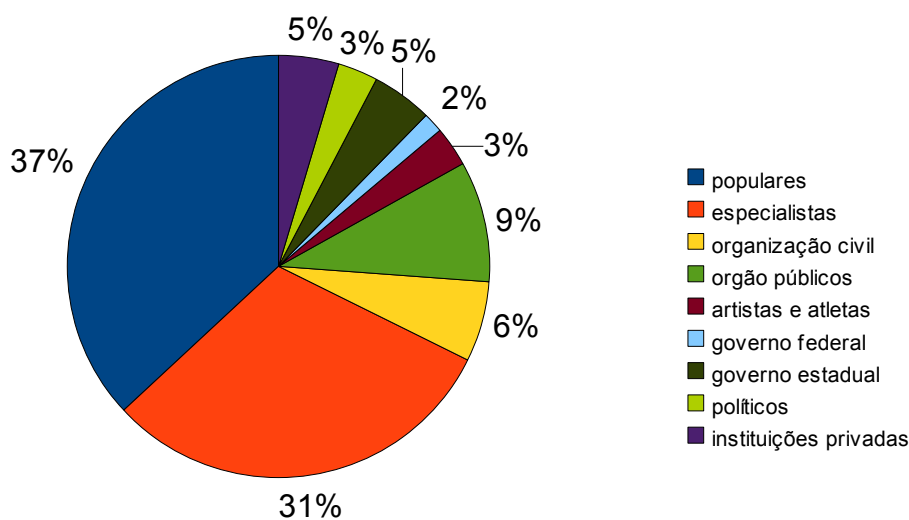


figura 2: fonte JC

Observando os gráficos acima, pode-se perceber claramente que as fontes classificadas como populares estiveram bem mais presentes, em ambos telejornais. Porém, muitas vezes, eles estão inseridos em um contexto de povo fala ou são entrevistados como personagens das matérias, que vão exemplificar o tema da reportagem. Os especialistas são o segundo grupo mais entrevistado pelos dois jornais e uma possível explicação é a imagem de credibilidade que eles dão as matérias. Os órgãos públicos ocupam o terceiro lugar no Jornal da Cultura e o quarto no Repórter Brasil, o que pode demonstrar uma tendência ao oficialismo. Já as organizações civis aparecem como o terceiro e quarto grupo mais entrevistado, no Repórter Brasil e no Jornal da Cultura, respectivamente.

Quanto aos governos, vê-se que o Federal é fonte mais frequente no telejornal da TV Brasil do que no da TV Cultura, enquanto com os governos estaduais ocorre o contrário. No caso da TV Cultura, o governo estadual representado em todos os casos foi o de São Paulo. Já no Repórter Brasil, os governos de São Paulo e do Rio de Janeiro apareceram duas vezes cada, enquanto o de Roraima teve uma citação. O fato pode estar

relacionado ao local de instalação das emissoras, já que a TV Cultura está sediada em São Paulo e a TV Brasil tem sede em Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro. Outra explicação pode ser o vínculo de cada emissora com os governos – no caso da TV Cultura, com o governo de São Paulo; e no da TV Brasil com o governo federal. Já os políticos em geral são 3% das fontes do JC e 3,97% do RB. A iniciativa privada é mais frequente no JC do que no RB, enquanto artistas ou atletas apareceram mais no RB do que no JC.

Abrangência

Em relação ao local de foco ou de produção da matéria, a análise levou em consideração tanto notícias nacionais como internacionais. Nas nacionais, foram feitas estatísticas de cidades, assim como de estados. Já no caso das internacionais, observou-se os países citados e seus continentes de origem. Algumas notas não foram contabilizadas em nenhum estado ou cidade, porque não eram específicas de um local.

No Repórter Brasil, 20 matérias eram sobre o Rio de Janeiro, correspondendo a 27%. São Paulo e Brasília apareceram 16 vezes, tendo um percentual de 21,6%. Já Belo Horizonte foi foco apenas duas vezes ou 2,7% delas. As demais cidades brasileiras somaram 27%, aparecendo em 20 ocasiões.

Levando-se em conta o estado, o Rio de Janeiro continua em primeiro lugar, com o mesmo valor de 20 matérias e porcentagem de 27%. São Paulo foi o que ocupou o segundo lugar, com 19 presenças ou 25,6%. E Goiás apareceu 18 vezes ou 24,3% delas. Seguem, então, os estados do Pará (quatro vezes – 5,4%), Minas Gerais e Rio Grande do Sul (três vezes cada – 4% cada). Espírito Santo, Amazonas, Tocantins, Sergipe, Mato Grosso do Sul, Ceará e Roraima foram foco em apenas uma ocasião, tendo 1,3%.

Em relação às matérias internacionais, a Europa foi o continente com o maior presença (16 vezes – 42,1%). Em segundo lugar está a Ásia, sendo foco em sete ocasiões (18,4%). América Latina e América do Norte ocupam o terceiro lugar, aparecendo seis vezes cada (15,7%). A África aparece duas vezes (5,2%) e Oceania apenas uma (2,6%).

Considerando os países, os Estados Unidos foi o que teve maior participação, sendo foco por seis vezes ou 15,7%. Reino Unido aparece em segundo lugar (quatro – 10,5%) e Síria em terceiro lugar (três – 7,8%). Em seguida, vêm Chile, Argentina, Venezuela e Itália com duas presenças cada (5,2%). Tunísia, África do Sul, Chipre, Jerusalém, Polinésia, França, Espanha, Afeganistão, Chechênia, Alemanha, Portugal, Polônia, Paquistão, Bélgica, Grécia, Rússia e Ucrânia foram citados apenas uma vez, ou seja, 2,6%.

Já no Jornal da Cultura, 75% das matérias tinham como foco ou foram produzidas em São Paulo, ou seja, 27 delas. O Rio de Janeiro apareceu três vezes, tendo uma porcentagem de 8,3%; e Brasília foi citada apenas uma vez, ou seja, 2,7%. Outras cidades foram foco em 13,8% das matérias, ou seja, em cinco delas.

Em relação aos estados, São Paulo também está na frente, com grande parte da produção, 77,7% ou 28 matérias. O Rio de Janeiro teve percentual de 8,3% (três vezes). Goiás, Pará, Rio Grande do Sul, Amapá e Mato Grosso apareceram apenas uma vez, com porcentagem de 2,7% cada.

Percebemos assim uma predominância da região sudeste nos noticiários. No caso da TV Brasil, a cidade e estado mais frequente foi o Rio de Janeiro, seguido de São Paulo e Brasília. No Jornal da Cultura, São Paulo ocupa a grande maioria do telejornal, que pode ser explicado claramente pela origem e vinculação da emissora ao estado respectivo. Apesar de haver uma distribuição maior no caso do noticiário da TV Brasil, ainda assim, há uma concentração das notícias no centro-sul do país, que pode ser explicado, muitas vezes, pela localização da emissora e por serem essas cidades os centros econômicos e políticos do Brasil.

Nas matérias internacionais, o continente mais frequente no telejornal foi a Ásia, ocupando 38% do espaço, com oito presenças. América Latina vem em segundo lugar, com um percentual de 28,5% e um número absoluto de seis matérias. A América do Norte foi foco três vezes (14,2%), a Europa quatro (19%), enquanto África e Oceania não foram citadas em nenhum momento.

Considerando os países, o mais frequente foi os Estados Unidos, com três matérias (14,2%). Coréia do Norte, Bolívia e Venezuela apareceram duas vezes (9,5%). Com uma citação apenas (ou seja, 4,7%), estão Chipre, Chile, Itália, Reino Unido, Espanha, Afeganistão, Argentina, Índia, Japão, Coreia do Sul, Irã e Bangladesh.

Ambos os telejornais tiveram como o país mais citado, conforme os dados acima, os Estados Unidos. Por outro lado, em relação ao continente, o RB apresentou mais matérias sobre a Europa, seguida por Ásia e Américas. Enquanto isso, o JC deu mais espaço à Ásia, em seguida América Latina e América do Norte. A presença menos expressiva no JC acaba surpreendendo, já que o período é de crise europeia, além do fato de que países de elite acabam possuindo mais destaque no noticiário que outros. Já África e Oceania acabam sendo esquecidos, principalmente, no JC que não apresenta nenhuma matéria sobre os continentes.

Considerações finais

Este artigo faz parte de um projeto de pesquisa maior, portanto, tem apenas a pretensão de apresentar alguns resultados parciais, mais do que conclusões finais. A pesquisa sobre televisão pública no Brasil ainda é incipiente, principalmente, porque a TV Brasil tem apenas seis anos. Ainda que a TV Cultura seja mais antiga, o sistema de comunicação brasileiro predominantemente comercial acaba atraindo os olhares para este campo em detrimento dos estudos da comunicação pública. Por isso, a proposta do artigo foi refletir sobre alguns pontos específicos, a fim de analisar o cumprimento do papel público por parte das emissoras que são assim autodenominadas.

A partir das análises quantitativas foi possível perceber algumas tendências sobre os telejornais. Observando o número de matérias veiculadas em cada telejornal, nota-se um excesso de comentários no Jornal da Cultura que poderiam ser substituídos por reportagens que também investissem em discussões, mesclando os formatos utilizados. Já o Repórter Brasil carece de reflexão em alguns momentos, justamente pela falta de comentaristas que possam debater assuntos. Esse tipo de formato foi utilizado em alguns momentos nos telejornais analisados, mas apenas para uma matéria do dia, por exemplo. O ideal é que fosse desenvolvido um modelo de equilíbrio, no qual haja tanto a produção de reportagens como as discussões entre especialistas.

Analisando as fontes entrevistadas, pode-se concluir que a presença de órgãos públicos em quantidades elevadas em relação às outras fontes demonstra um oficialismo dos telejornais, já que a fonte oficial é tida muitas vezes como a fonte confiável. Organizações civis tiveram um espaço relativamente considerável no telejornal, mas ainda não se constituem como maioria. Por se tratar de televisões públicas, é importante que as organizações civis tenham voz, já que representam muitas vezes grupos sociais e colocam o popular no espaço de cidadão. Já os governos e políticos não são entrevistados em muitas ocasiões. Enquanto na TV Brasil, o governo federal aparece com mais frequência, na TV Cultura, é o governo estadual. Esse fato pode ser explicado pelo vínculo que cada emissora possui com o respectivo governo. Enquanto a TV Brasil é financiada por repasse de verba federal, a TV Cultura é por repasse de verba estadual. Entretanto, nenhuma delas

apresentou-se como porta voz desses governos, ainda que possam ter se posicionado de maneira positiva a eles.

Em relação à sua abrangência, no âmbito nacional, vê-se que, a exceção do Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, as demais cidades do país aparecem no noticiário esporadicamente. Ainda assim, segundo os dados levantados, pode-se afirmar que a TV Brasil é de certa maneira mais descentralizada que a TV Cultura, apesar de ainda haver um esquecimento por parte de ambos os telejornais nacionais sobre o resto do país que vai além da do centro-sul.

Já as notícias internacionais tiveram como o país mais presente, os Estados Unidos. Países da América Latina apareceram no telejornal e o continente ocupou o segundo lugar como o mais citado no Jornal da Cultura e o terceiro no Repórter Brasil. Ainda assim, os países latinos não são os que possuem maior destaque, o que pode ser questionado pela proximidade cultural e geográfica deles com o Brasil. Pode-se perceber uma dependência em relação às agências de notícias na produção de conteúdos internacionais, o que faz com que a cobertura se torne limitada aos países privilegiados por elas.

Refletindo sobre esses dados quantitativos e retomando alguns conceitos teóricos acerca do papel do telejornalismo e principalmente, de uma TV Pública, podemos perceber que ainda faltam no Repórter Brasil e no Jornal da Cultura elementos que de fato dos diferenciem dos telejornais das emissoras privadas.

Entendemos que fazer telejornalismo público no Brasil ainda seja um grande desafio, uma vez que não há, no país, um modelo ideal no qual se espelhar, nem mesmo muitos trabalhos teóricos a consultar. Ainda assim, alguns pontos devem ser sempre priorizados, como o interesse público e a inclusão, onde o Brasil possa ser representado da forma mais homogênea possível. Todos os cidadãos precisam e têm direito a informação de qualidade, sem distinção social nem geográfica.

REFERÊNCIAS

ABTU – Associação Brasileira de Televisão Universitária. **Portaria Legislação.** Disponível em: http://www.abtu.org.br/legislacao_portaria_ministerial.asp. Acesso 18/03/2013.

BOLAÑO, César R. S. **Qual a lógica das políticas de comunicação no Brasil?** São Paulo. Ed. Paulus, 2007.

_____, César R. S.; MOTA, Joane Santos. **O caráter educativo da TV no Brasil: questões históricas, políticas e econômicas.** Intercom . Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação . Natal, RN . 2 a 6 de setembro de 2008.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Disponível em: http://www6.senado.gov.br/con1988/CON1988_19.12.2006/CON1988.pdf. Acesso em: 28 de março de 2012.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995.** Dispõe sobre o Serviço de TV a Cabo e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/L8977.htm>>. Acesso em: 05/04/2013.

BUCCI, Eugênio. **É possível fazer televisão pública no Brasil?** São Paulo, Novos Estudos, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002010000300001&script=sci_arttext. Acesso em: 29 de julho de 2011.

CABRAL, O; LOBATO, E. **Governo deve criar 180 emissoras de TV.** Disponível em <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/qtv18072000.htm>. Acesso em 20/03/2013.

COUTINHO, Iluska. **Avaliação do Telejornalismo da TV Brasil: 2010-2011.** Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2011. Relatório de Pesquisa.

FORT, Mônica Cristine. **Televisão Educativa: a responsabilidade pública e as preferências do espectador.** São Paulo: Annablume, 2005.

GORDON, George N. **Televisão Educativa.** Rio de Janeiro: Bloch, 1967. 118p.

JESUS, Jemima Bispo e BARA, Gilze. **As Considerações do Jornalista Vladimir Herzog para a TV Cultura em 1975.** Ouro Preto: Universidade Federal de Ouro Preto, 2012. Apresentado no XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste.

LEAL FILHO, Laurindo. **A melhor TV do mundo: o modelo britânico de televisão.** São Paulo: Summus, 1997.

LOPES, Ivonete da Silva. Trabalho apresentado no XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-0944-1.pdf> . Acesso em 28/03/2013.

MAGALHÃES, Cláudio. **TVs Universitárias: uma televisão diferente.** Observatório da Imprensa: Diretório Acadêmico, 2003. Disponível em <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/>>. Acesso 08/04/2013.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES DO BRASIL. **Legislação Federal: DECRETO-LEI Nº 236, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967.** Complementa e modifica a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962. Disponível em www.mc.gov.br, acessado em 25/03/2013.

PIERANTI, Octavio Pena. **Políticas públicas para radiodifusão e imprensa.** Rio de Janeiro. Ed. FGV, 2007.

PINTO, Manuel (coord.). **Televisão e Cidadania. Contributos para o debate sobre o serviço público.** Porto: Campo das Letras, 2005.

Repórter Brasil. Disponível em: <http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil/flat/sobre/>. Acesso em: 06 de maio de 2012.

SODRÉ, Bruno. **PBS – Um modelo de TV Pública.** Brasília: Casa das Musas, 2007.

TORRES, Rodrigo M. M. **Televisão pública no Brasil: Estudo preliminar sobre suas múltiplas configurações.** Rio de Janeiro: Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Fiocruz, 2009.

TV Brasil. Disponível em: <http://www.tvbrasil.org.br/sobreatv/> . Acesso em: 06 de maio de 2012.